

MAPEAMENTO DO GOVERNO DIGITAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Armoni da Cruz Santos¹ | <http://orcid.org/0000-0002-6808-3119>
Gardênia Tereza Jardim Pereira¹ | <http://orcid.org/0009-0000-7662-5515>

Submetido: 05/10/2023 | Aprovado: 13/06/2024 | Publicado: 01/07/2024

Editor associado: Prof. Dr. Luiz Antonio Felix Júnior

DOI: <http://dx.doi.org/10.18265/2526-2289a2024id8045>

Resumo - O Governo Digital é uma inovação significativa na gestão pública que reduz a burocracia e facilita o acesso aos serviços públicos. No Brasil a criação da plataforma gov.br, que centraliza serviços, simplifica processos e aumenta a transparência. Este estudo analisa a produção científica sobre Governo Digital no Brasil, investigando sua evolução, instituições de fomento, áreas de pesquisa, autores, periódicos e a colaboração internacional. O objetivo geral é analisar as produções científicas sobre Governo Digital no Brasil. Especificamente, busca-se apresentar a evolução anual dos artigos, identificar instituições de destaque, áreas de pesquisa predominantes, autores mais produtivos, periódicos principais, instituições com maior número de publicações e países de origem de pesquisadores colaboradores. A pesquisa é exploratória, utilizando uma abordagem quantitativa. Foram coletados dados de artigos científicos da base de dados Scopus, abrangendo publicações de 2012 a 2022. A seleção envolveu palavras-chave em português e inglês, como "governo digital" e "digital government". O filtro incluiu apenas artigos com contribuição brasileira, resultando em 418 artigos. A análise revelou uma evolução crescente na produção científica sobre Governo Digital, com destaque para instituições de fomento brasileiras e diversas áreas de pesquisa envolvidas. Identificaram-se autores e periódicos predominantes, além de uma colaboração significativa com pesquisadores de outros países. Os dados demonstram uma tendência de aumento na quantidade e qualidade das publicações ao longo dos anos. O estudo confirma a relevância e o crescimento da produção científica sobre Governo Digital no Brasil. A digitalização na administração pública brasileira tem promovido maior eficiência, transparência e acessibilidade aos serviços públicos. A análise evidencia a importância das TICs na modernização da gestão pública e aponta para a necessidade de contínuo investimento em pesquisa e desenvolvimento nesta área.

Palavras-chave: Governo Digital; Gestão Pública; Inovação.

MAPPING OF DIGITAL GOVERNMENT IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION

Abstract - Digital Government is a significant innovation in public management that reduces bureaucracy and facilitates access to public services. In Brazil, the creation of the gov.br platform centralizes services, simplifies processes, and increases transparency. This study analyzes the scientific production on Digital Government in Brazil, investigating its evolution, funding institutions, research areas, authors, journals, and international collaboration. The general objective is to analyze the scientific productions on Digital Government in Brazil. Specifically, it aims to present the annual evolution of articles, identify prominent institutions, predominant research areas, most productive authors, main journals, institutions with the highest number of publications, and countries of origin of collaborating researchers. The research is exploratory, using a quantitative approach. Data from scientific articles from the Scopus database were collected, covering publications from 2012 to 2022. The selection involved keywords in Portuguese and English, such as "governo digital" and "digital government". The filter included only articles with Brazilian contribution, resulting in 418 articles. The analysis revealed a growing evolution in scientific production on Digital Government, with a highlight on Brazilian funding institutions and several research areas involved. Predominant authors and journals were identified, as well as significant collaboration with researchers from other countries. The data demonstrate a trend of increase in the quantity and quality of publications over the years. The study confirms the relevance and growth of scientific production on Digital Government in Brazil. The digitization in the Brazilian public administration has promoted greater efficiency, transparency, and accessibility to public services. The analysis highlights the importance of ICTs in modernizing public management and points to the need for continuous investment in research and development in this area.

Keywords: Digital Government; Public Management; Innovation.

1 INTRODUÇÃO

O Governo Digital representa uma das mais significativas inovações introduzidas na gestão pública, visando à redução da burocracia. Nesse contexto, ele desempenha um importante papel ao simplificar a vida do cidadão, viabilizando o acesso descomplicado aos serviços públicos. A implementação dessa transformação foi resultado de um processo gradual, voltado para a otimização da maneira como os cidadãos interagem com os serviços governamentais. A evolução tecnológica, ao longo desse percurso, propiciou o surgimento do governo digital, o qual agiliza sobremaneira os procedimentos de atendimento no setor público e possibilitou a coleta de dados fundamentais sobre a população (Carvalho, 2020).

De acordo com Medeiros e Nahra (2019), o Governo Digital emerge como resultado da revolução digital, a qual introduziu facilidades na vida cotidiana das pessoas, abrangendo todas as esferas e incluindo a resolução de problemas. Esse avanço foi aproveitado pela gestão pública, que adotou o Governo Digital como resposta a uma das demandas dos cidadãos: o aprimoramento da eficiência nos serviços públicos. Com essa nova abordagem, a gestão pública tem a oportunidade de se aproximar das pessoas e compreender suas necessidades por meio dos dados de atendimento coletados no acesso aos serviços virtuais.

A implementação do governo digital no Brasil, iniciada em 2000, aprimorou significativamente a eficiência do serviço público ao criar a plataforma gov.br, centralizando serviços e tornando-os mais acessíveis e padronizados. A digitalização permitiu a automação e a redução da burocracia, além de criar indicadores para avaliar a qualidade dos serviços públicos eletrônicos. Medidas como simplificação de processos, melhoria no acesso à informação, transparência e racionalização de gastos aumentaram a confiança dos cidadãos no governo. A criação do Mapa de Governo Digital e do Modelo de Qualidade para Serviços Públicos ajudou a diagnosticar e melhorar a prestação dos serviços nos municípios brasileiros (Brasil, 2019).

Cunha e Miranda (2013) destacam que este tipo de governança desempenha um papel fundamental na democratização da relação entre o governo e os cidadãos, uma vez que aprimora significativamente a prestação de serviços públicos. O autor deixa claro que a adoção de tecnologia com o intuito de aumentar a eficiência na administração pública não apenas oferece uma forma de aproximação com o cidadão, mas também amplia as oportunidades de acesso aos serviços.

De forma abrangente, o Governo Digital tem o propósito de atender à população por meio de plataformas tecnológicas, simplificando o envolvimento com as instâncias

governamentais. Nesse cenário, a administração pública disponibiliza seus serviços de maneira acessível, conferindo agilidade e comodidade aos usuários, enquanto reconhece a relevância da implementação de novas funcionalidades digitais. Diante dessa perspectiva, o foco desta pesquisa se direciona para a análise da produção científica relacionada ao Governo Digital, investigando o cenário atual da elaboração de artigos que abordam essa temática.

Como foi apresentado, busca-se a compreensão, por meio da análise da produção científica, como estão a produção de artigos científicos relacionados ao Governo Digital no Brasil. Essa análise visa a relevância desse tema, que tem ganhado destaque e espaço crescente na gestão pública devido ao contínuo desenvolvimento da tecnologia da informação.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar as produções científicas relacionadas ao Governo Digital no Brasil. Para alcançar esse objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos: apresentar a evolução anual da produção de artigos científicos relacionados ao tema; identificar as instituições de fomento em destaque na produção científica de artigos sobre a temática; conhecer as áreas de pesquisa com maior volume de produção em relação ao tema; investigar os autores mais produtivos nessa área de estudo; mapear os periódicos que concentram maior quantidade de artigos científicos sobre o tema; identificar as principais instituições com o maior número de publicações relacionadas ao Governo Digital; identificar os países de origem de pesquisadores que colaboram com brasileiros.

Por fim, a estrutura do artigo é delineada da seguinte forma: o referencial teórico, a metodologia, a análise dos resultados e, por fim, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GOVERNO DIGITAL E GESTÃO PÚBLICA

O Governo Digital representa uma ruptura em relação ao Governo Eletrônico, pois não se limita apenas a usar tecnologias de informação para facilitar o acesso à informação, mas também incorpora direitos sociais através do ambiente digital (Cristóvam; Saikali; Sousa, 2020). Sendo assim, aproxima o cidadão dos serviços públicos, simplificando o acesso a serviços que costumavam ser mais burocráticos. As transformações trazidas pelo Governo Digital estabelecem um novo paradigma e redefinem fundamentalmente a maneira como as pessoas são assistidas. Além disso, proporcionam a conveniência de acessar serviços de forma remota em qualquer local.

Para Malheiro (2020), o Governo Digital engloba um processo interativo através do qual o Estado disponibiliza aos cidadãos acesso a portais e serviços públicos digitais. Isso permite atender às demandas da sociedade, promover a transparência das ações estatais, facilitar serviços e comunicação, contribuindo assim para o fortalecimento da democracia.

Assim, o Governo Digital efetiva uma das principais aspirações da população: a facilidade de acesso aos serviços e a manutenção de um entendimento das ações. Proporcionar alternativas além das convencionais representa uma maneira mais abrangente e eficaz de atender às necessidades daqueles que dependem dos serviços públicos, demonstrando um cuidado aprimorado com suas demandas.

A adoção crescente do governo digital, impulsionada pelas novas tecnologias, trouxe inúmeras vantagens para as instituições públicas. Esses benefícios abrangem a agilidade na disseminação da informação, a colaboração entre órgãos públicos, a diminuição de despesas, a superação de limitações geográficas, a facilitação das interações com a sociedade e o reforço da transparência, do controle democrático e do engajamento cívico, entre outros (Paula; Abreu, 2019).

O progresso do governo digital sinaliza uma mudança essencial na prestação de serviços públicos, utilizando a tecnologia para estreitar a relação entre cidadão e Estado, aprimorando a eficiência na administração pública. Além disso, esse avanço estimula o surgimento de novas tecnologias voltadas para esse setor.

Conforme explicado acima, o Governo Digital representa um avanço na interação entre o Estado e a sociedade, alavancando a inovação tecnológica para disponibilizar os serviços públicos de forma virtual, marcando um passo crucial rumo à eficiência e ao fortalecimento democrático. Nesse processo, está incluída a simplificação da administração pública, que responde às necessidades e demandas da sociedade. Além disso, a acessibilidade às informações é aprimorada nesse novo formato, assegurando a transparência e o acesso.

De acordo com Carvalho (2020), as políticas de governo digital têm potencial para impulsionar melhorias na avaliação dos serviços públicos, área historicamente deficitária. O autor acrescenta, que de forma análoga à seleção de serviços e produtos com base em avaliações de usuários, essas políticas podem permitir que os serviços públicos sejam ajustados com base em feedback direto dos cidadãos, visando aprimorar a qualidade e a satisfação.

Em síntese, o Governo Digital constitui um processo interativo que utiliza tecnologia da informação para disponibilizar serviços públicos virtualmente. Sua relevância reside na

capacidade de aproximar os cidadãos do Estado, promovendo atendimento mais eficaz e menos burocrático.

Além disso, o governo digital apresenta benefícios para a gestão pública, como aumento da eficiência e eficácia, agilizando processos e reduzindo a burocracia. Com base nas informações disponíveis, os gestores públicos podem tomar decisões fundamentadas em dados, identificando padrões e tendências. Bem como, há melhorias na comunicação interna, permitindo que diferentes setores da administração pública atendam às demandas de forma mais proativa e ágil (Melati; Janissek-Muniz, 2020; Vargas *et al.*, 2021).

Dessa forma, os indivíduos se beneficiam com essa inovação, visto que são oferecidas alternativas de atendimento remoto, substituindo a necessidade de presença física. Ademais, destaca-se o aumento da transparência na administração pública, bem como uma comunicação mais eficaz sobre as ações governamentais. Com o contínuo desenvolvimento tecnológico, o Governo Digital tem potencial para aprimorar o atendimento, expandir funcionalidades e permitir que a população avalie os serviços prestados.

2.1.1 Governo Digital e Tecnologia da Informação

O Governo Digital está aproveitando as tecnologias inovadoras para transformar e disponibilizar os serviços públicos em formato digital. "A locução "Governo digital" designa o uso das TICs como meio de contato do Estado com a população" (Kreuz; Viana, 2018, p. 275). Através dessas novas tecnologias, o governo tem a capacidade de oferecer seus serviços de forma mais eficiente e se aproximar das pessoas. Essa abordagem representa um notável avanço ao incorporar as inovações tecnológicas para atender às necessidades dos cidadãos.

Na atual forma de gestão, em que os governos buscam aprimorar sua eficiência, eficácia e coordenação, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) desempenham um papel fundamental. Cada vez mais, entidades governamentais estão explorando tecnologias emergentes para otimizar suas operações internas e fortalecer suas relações com os cidadãos e outros intervenientes sociais (Ávila; Lanza; Valotto, 2021). Assim, torna-se evidente que tais abordagens administrativas almejam aprimorar seus serviços, abrangendo não apenas o atendimento ao público, mas também otimizando os processos internos, proporcionando maior bem-estar aos seus colaboradores.

Conforme o exposto, o conceito de Governo Digital representa uma das táticas estatais para estreitar os laços com os cidadãos. Nesse contexto, as TICs são empregadas para disponibilizar os serviços públicos de maneira digital, o que inevitavelmente impacta a

eficiência e a eficácia, através da aprimoração das ofertas de serviços. Além disso, é válido ressaltar que tais inovações desempenham um papel crucial na otimização dos processos internos e na redução da burocracia. Assim, a utilização de novas tecnologias traz inovação ao serviço público, de tal modo, que afeta de forma positiva tanto a população, quanto os servidores.

Segundo Carneiro (2019), o aumento crescente do uso de dispositivos inteligentes desempenha um papel fundamental na promoção da personalização, permitindo que os cidadãos acessem uma variedade de conteúdos de qualquer lugar e no momento mais conveniente por meio da internet. Isso exigirá um ambiente tecnológico com alta disponibilidade de acesso, capacidade de processamento avançada e amplo armazenamento de dados diversificados, a fim de atender às necessidades individuais dos cidadãos, independentemente das fronteiras organizacionais. O autor deixa claro a necessidade de investimento por parte do governo para que a infraestrutura do Governo Digital esteja alinhada a essas novas demandas, permitindo assim a expansão de funcionalidades.

O uso de novas tecnologias a favor do serviço público, traz benefícios para a população. "O incremento da adoção de tecnologias digitais para aprimorar o relacionamento entre governo e sociedade tem sido uma realidade ao longo das últimas duas décadas no Brasil e no mundo"(Ávila; Lanza; Valotto, 2021, p. 3). Conforme mencionado pelo autor, o uso dessas tecnologias vem para melhorar o relacionamento do governo com seus cidadãos, devido às facilidades de se acessar os serviços por meio do Governo Digital. Com essa proximidade, surgem novos desafios, que exigem do governo saídas com a tecnologia. "Os programas de políticas digitais permitem que o governo digital resolva os desafios atuais impostas pela sociedade da informação de forma mais criativa, efetiva e inteligente" (Carneiro, 2019, p. 45). Pois, à medida em que a sociedade se desenvolve tecnologicamente, são apresentados novos desafios a serem superados pela administração pública. É necessário um plano para que o Governo Digital venha atender os anseios da população, para que a gestão pública encontre maneiras de atualizar aquela tecnologia.

Conforme explicado acima, o Governo Digital é possível devido ao desenvolvimento das TICs, com isso, é possível disponibilizar o serviço público de forma remota. Diante disto, a exploração destas inovações interfere no modo em que a sociedade tem acesso à gestão pública. O uso de TICs pelos governos, por exemplo, permite que por meio da internet o cidadão possa realizar a matrícula do filho na escola, atualizar um documento e outros. Sendo assim, se torna necessário que a administração pública, esteja inteirada das novas tecnologias e as

implementam em seus serviços, no que diz respeito ao Governo Digital, para que as pessoas possam ter a facilidade de usar os serviços públicos no conforto de sua casa, e só precise ir até um órgão presencial quando não puder resolver remotamente. Deste modo, os governos devem ter estrutura para que esses sistemas funcionem corretamente. E esta tem que ter a sensibilidade para que a oferta dos serviços seja compatível com a realidade dos administrados.

Ademais, ao oferecerem serviços, os órgãos públicos utilizam TICs para promover a interação online com a sociedade. Dessa forma, é possível dinamizar o acesso às demandas, permitindo o desenvolvimento de soluções reais para os usuários do sistema. Isso pode resultar em inovações, proporcionando aos gestores a oportunidade de melhorar a oferta de serviços públicos à população (Pinho; Gouveia, 2019).

O autor deixa claro na citação acima que o Governo Digital é a oferta de serviços públicos pela gestão pública se utilizando das TICs. O uso de tecnologias possibilita a geração de dados, que podem fazer com que seja conhecido o perfil do cidadão, bem como, produzir informações estratégicas para a administração pública. Ainda, de acordo com a demanda da sociedade e o surgimento de novos serviços, podem ser desenvolvidas inovações que tornem esses sistemas mais acessíveis e próximos da realidade da sociedade.

Dessa maneira, o uso de TICs no Governo Digital trazem avanços à gestão pública, pois as inovações podem alcançar as pessoas que necessitam dos serviços públicos. Se tornando importante e essencial que os governos façam usos dessas tecnologias para que levem a população serviços públicos de forma simplificada e menos burocrática através de seus sites e aplicativos para dispositivos móveis. Sendo assim, este serviço serve como forma de concretizar os direitos sociais do cidadão, além disso, é uma forma democrática e eficiente da administração pública se apresentar e oferecer seus serviços.

Em resumo, as inovações tecnológicas fazem parte do desenvolvimento do Governo Digital, pois é através delas que os serviços públicos podem ser oferecidos digitalmente. Assim, servem como elo entre a gestão pública e a sociedade, de tal modo, que as TICs podem influenciar na qualidade dos serviços prestados e tornam transparentes suas ações. Assim, sua importância cresce em um mundo mais digital.

3 METODOLOGIA

Segundo Gil (2008), a pesquisa é um processo que engloba um conjunto de procedimentos científicos, demandando uma sistemática completa para assegurar o sucesso. Seu objetivo primordial é a resolução de problemas e a contribuição para a comunidade.

No que tange à abordagem metodológica, esta pesquisa é categorizada como exploratória (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023). Tal classificação se justifica pela necessidade de analisar os dados relacionados ao tema em questão, além de realizar buscas criteriosas e construir uma base teórica sólida para a investigação.

Devido à coleta de dados derivados de artigos científicos, a pesquisa bibliográfica adquire uma natureza de cunho básico. Portanto, a abordagem a ser adotada será quantitativa, viabilizando a análise dos dados. Conforme Creswell (2007), a abordagem quantitativa compreende um conjunto de técnicas de investigação aplicadas a conjuntos de dados obtidos por meio de levantamentos, coleta de dados e outros instrumentos, visando a produção de informações estatísticas. Nesse contexto, procederemos à análise das informações coletadas e as apresentaremos por meio de gráficos.

Devido aos fins didáticos a análise dos dados de artigos científicos. "A pesquisa básica objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais" (Prodanov; Freitas, 2013, p. 51).

O presente artigo é classificado como uma pesquisa exploratória, visando alcançar seus objetivos. Isso se deve ao fato de que a pesquisa é conduzida com base em fontes bibliográficas em formato de artigo, a partir das quais foi possível extrair as informações necessárias para o estudo. "As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores" (Gil, 2008, p.27). Dessa forma, à luz das informações levantadas e dos objetivos delineados, o propósito central é a busca pela resolução do problema em questão. Portanto, ao adentrar na exploração aprofundada de um tema específico, visa-se a sua compreensão e a posterior busca por soluções.

Para a execução da coleta de dados, foi adotada a abordagem de pesquisa que consistiu na seleção de artigos científicos provenientes de uma base de dados reconhecida. Essa abordagem permitiu a obtenção de informações pertinentes ao escopo deste estudo, a fim de aprofundar a compreensão acerca do tema da produção científica relacionada ao Governo Digital.

Para a obtenção dos dados, optou-se pela utilização da base de dados Scopus, em razão de sua proeminência e do reconhecimento que ostenta junto a diversos pesquisadores na área. Dentro dessa plataforma, realizou-se uma pesquisa voltada para identificar artigos científicos que versam sobre a temática do Governo Digital.

Sendo assim, foram empregadas pesquisas bibliográficas com foco na base de dados Scopus. A delimitação temporal adotada compreendeu o intervalo de publicações situadas entre os anos de 2012 e 2022, o período foi escolhido especificamente para capturar uma década de desenvolvimento tecnológico e inovação no campo do Governo Digital, a fim de delinear o escopo temporal da análise. Esse recorte revelou-se fundamental, pois permitiu uma análise embasada em informações atualizadas e proporcionou uma apreensão da evolução cronológica do tema. Nesse sentido, foram selecionados exclusivamente artigos relacionados à temática do Governo Digital. Para esse propósito, foram adotadas palavras-chave pertinentes ao Governo Digital, as quais serão detalhadas na seção de metodologia.

Com isso, visando a examinar o panorama da produção científica voltada ao Governo Digital, as buscas foram conduzidas utilizando as palavras-chave selecionadas. Neste processo de busca, empregou-se os termos "governo digital" e "digital government", nos campos título, resumo e palavras-chave, adotando tanto a língua portuguesa quanto a inglesa para ampliar o alcance na base de dados. Ainda, foi realizado o filtro do país de origem, sendo selecionado aqueles que tiveram contribuição do Brasil. Mediante esses critérios de pesquisa, foi possível obter um total de 418 artigos, os quais atenderam aos filtros estabelecidos. Com base nesses resultados, serão conduzidas análises detalhadas com o objetivo de compreender o contexto relacionado ao tema.

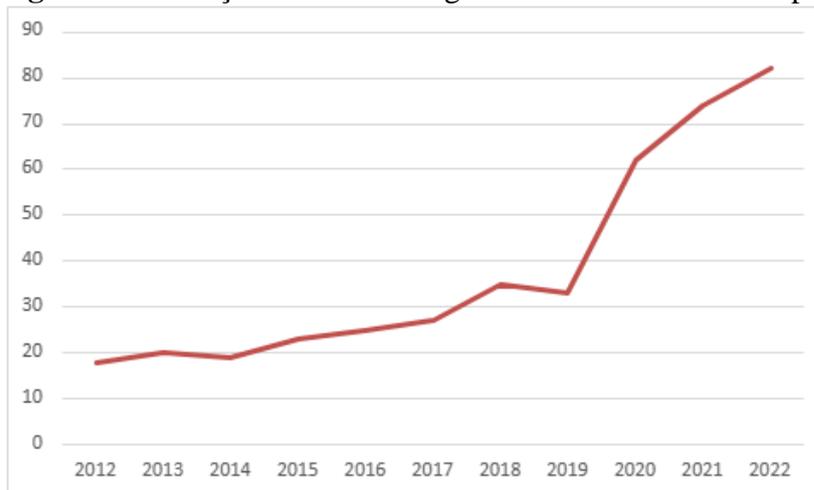
Após a conclusão da coleta de dados, deu-se início à etapa de análise deles. Para isso, foi utilizado o programa Microsoft Excel. Os resultados foram estruturados de forma a serem representados em gráficos e tabelas, visando facilitar a apreensão e compreensão das informações apresentadas. Conforme delineado por Silvestre (2007), a análise estatística desempenha o papel de extrair resultados que possam ser adequadamente apresentados e interpretados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A concretização dos objetivos culminou na obtenção de resultados que serão apresentados de forma segmentada, refletindo a evolução anual dos artigos científicos na base Scopus, as instituições de fomento que mais financiaram a produção de artigos, as áreas de pesquisa em destaque, os autores de maior destaque, os periódicos com maiores quantidades de publicações, as instituições que se destacaram na pesquisa relacionada ao Governo Digital e os países de origem dos pesquisadores em colaboração com brasileiros.

Portanto, para contextualizar o cenário em análise, estabelecemos como período de referência o intervalo de publicações compreendido entre os anos de 2012 e 2022. A Figura 1 apresenta de forma clara e concisa a evolução dessa dinâmica na base de dados da Scopus durante esse período.

Figura 1: Evolução anual dos artigos científicos na base Scopus

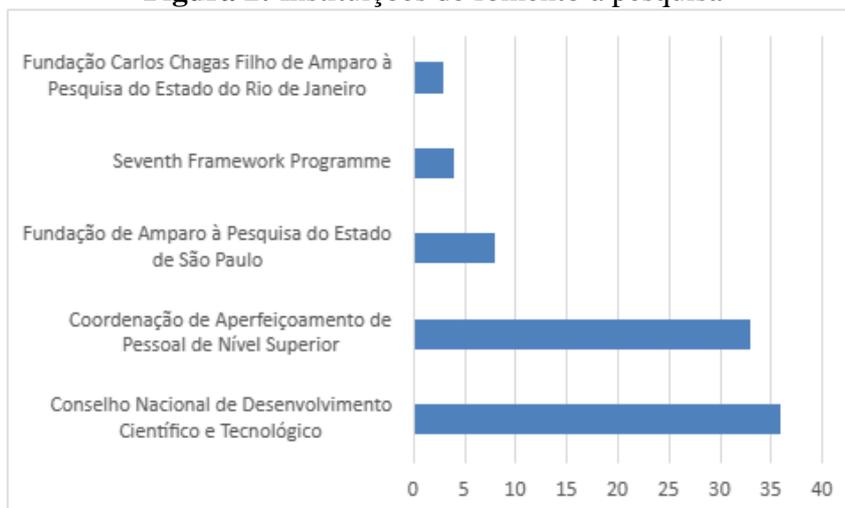


Fonte: Elaboração própria (2023).

O A Figura 1 ilustra a evolução temporal da publicação de artigos ao longo dos anos, começando em 2012 com 18 artigos, aumentando para 20 em 2013 e mantendo-se estável em 19 em 2014. A partir de 2015, observamos um crescimento, atingindo 23 artigos nesse ano, seguido por 25 em 2016, 27 em 2017 e um aumento significativo para 35 em 2018. Em 2019, houve uma leve redução para 33 artigos, mas o período de 2020 a 2022 registrou um notável aumento, atingindo o pico de 82 artigos em 2022. Esses dados refletem uma tendência de crescimento com alguns anos de variações, indicando um interesse crescente no assunto no Brasil. O crescimento acentuado entre 2020 e 2022 pode ter sido impulsionado pela pandemia da COVID-19, que aumentou a relevância das soluções digitais no setor público.

Na Figura 2, destacam-se as instituições de fomento que mais colaboraram com pesquisadores na publicação de artigos científicos sobre governo digital na base Scopus.

Figura 2: Instituições de fomento à pesquisa

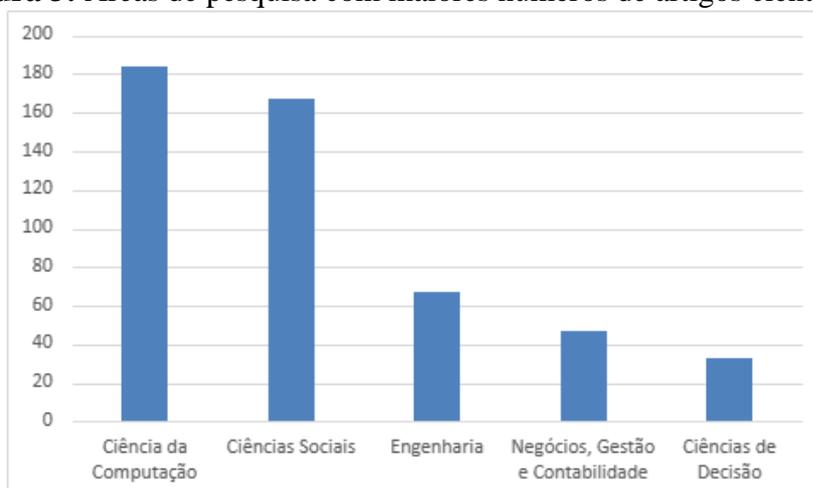


Fonte: Elaboração própria (2023).

A Figura 2 apresenta as instituições de fomento que mais investiram em pesquisas relacionadas ao tema do Governo Digital. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) lidera com 36 publicações, seguido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com 33, isso se deve devido tais instituições são as principais fomentadoras de pesquisas científicas no Brasil. Na sequência, temos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) com 8 publicações, o Seventh Framework Programme com 4 e, por fim, a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro com 3 publicações.

Por conseguinte, na figura 3, são apresentadas as áreas de pesquisa que contabilizam o maior número de artigos científicos, conforme os resultados obtidos na busca realizada na base Scopus.

Figura 3: Áreas de pesquisa com maiores números de artigos científicos

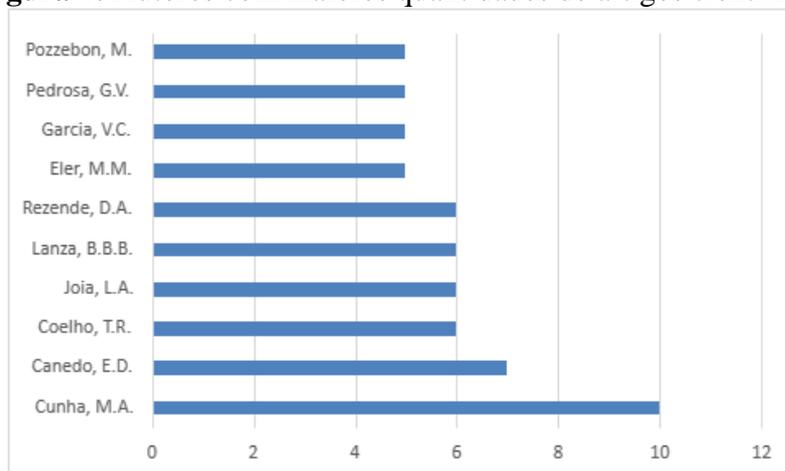


Fonte: Elaboração própria (2023).

A Figura 3 exibe as áreas que se destacaram em termos de quantidade de produções na área de Governo Digital. Nesse sentido, a área de Ciência da Computação lidera com o maior número de artigos, totalizando 184. Em seguida, temos Ciências Sociais com 167 artigos, seguida por Engenharia com 67, Negócios, Gestão e Contabilidade com 47, e finalmente Ciência da Decisão com 33.

A Figura 4 tem como propósito destacar os pesquisadores mais prolíficos na área do Governo Digital, permitindo-nos identificar aqueles que se destacam por suas contribuições significativas.

Figura 4: Autores com maiores quantidades de artigos científicos

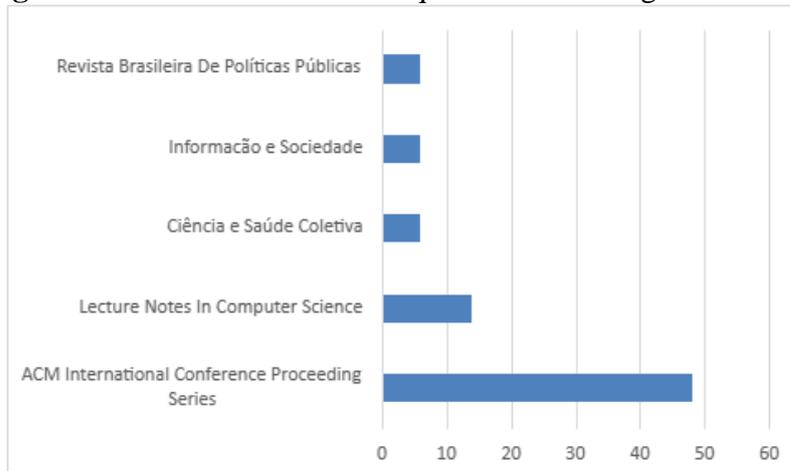


Fonte: Elaboração própria (2023).

A Figura 4 exibe os autores mais prolíficos na área de Governo Digital, com o autor Cunha liderando com 10 publicações, seguido por Canedo com 7. Logo depois, temos Coelho, Joia, Lanza e Rezende, com 6 publicações cada. Em seguida, Eler, Garcia, Pedrosa e Pozzebon, com 5 publicações cada um.

A seguir, na figura 5, destacam-se os periódicos com maior volume de publicações de artigos científicos na área de Governo Digital.

Figura 5: Periódicos com maior quantidade de artigos científicos

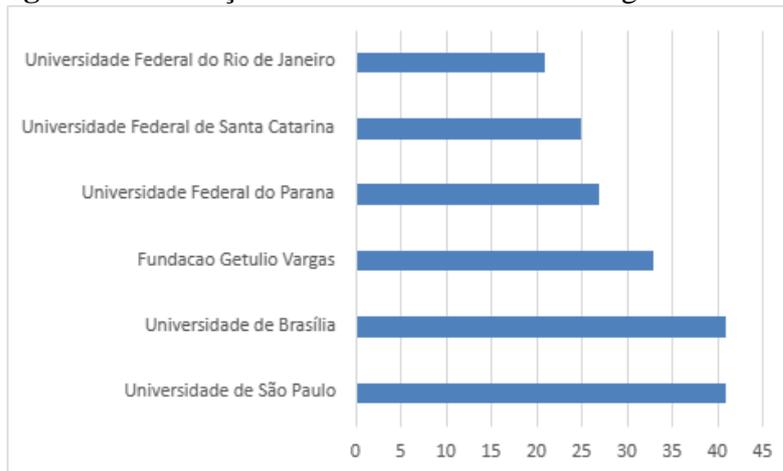


Fonte: Elaboração própria (2023).

A Figura 5 destaca os periódicos com o maior número de publicações, onde o ACM International Conference Proceeding Series lidera com 48 artigos, seguido por Lecture Notes In Computer Science com 16. Logo após, temos os periódicos Ciência e Saúde Coletiva, Informação e Sociedade e Revista Brasileira de Políticas Públicas, cada um com 6 publicações.

Na Figura 6, é possível observar os periódicos que se destacam pelo quantitativo de publicações de artigos científicos na área de Governo Digital.

Figura 6: Instituições com maior número de artigos científicos



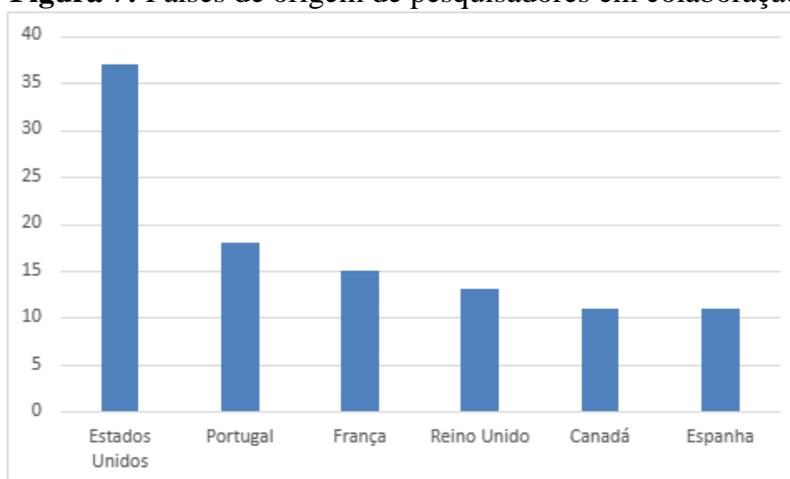
Fonte: Elaboração própria (2023).

A partir dos dados apresentados na Figura 6, podemos observar que a Universidade de São Paulo e a Universidade de Brasília se destacam como as instituições com o maior número de artigos científicos sobre Governo Digital, ambas com um total de 41 publicações. Logo em seguida, a Fundação Getúlio Vargas figura com 33 artigos, demonstrando um forte envolvimento na pesquisa sobre o tema. Além disso, a Universidade Federal do Paraná, a

Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade Federal do Rio de Janeiro também contribuem significativamente para a produção acadêmica nesse campo, com 27, 25 e 21 artigos, respectivamente. Essas instituições representam um sólido conjunto de pesquisadores e estudiosos comprometidos com a investigação e desenvolvimento do Governo Digital no cenário acadêmico brasileiro.

A Figura 7 apresenta uma análise dos países de origem dos pesquisadores envolvidos em colaborações com profissionais brasileiros. Os números fornecidos demonstram a quantidade de colaborações estabelecidas com pesquisadores de cada país.

Figura 7: Países de origem de pesquisadores em colaboração



Fonte: Elaboração própria (2023).

Na figura 7, é apresentado que os Estados Unidos se destacam como o país com o maior número de colaborações, totalizando 37. Este dado sugere uma forte parceria e intercâmbio de conhecimento entre pesquisadores brasileiros e norte-americanos. Em segundo lugar, encontramos Portugal, com 18 colaborações, indicando uma relevante participação dessa nação nos projetos de pesquisa conjuntos com o Brasil. A França figura em terceiro lugar, com 15 colaborações, seguida pelo Reino Unido e Espanha, com 13 colaborações cada. Esses números demonstram a existência de uma considerável cooperação científica entre pesquisadores brasileiros e europeus, especialmente dos países mencionados. O Canadá também apresenta uma presença significativa, com 11 colaborações, indicando uma cooperação estabelecida e produtiva com pesquisadores brasileiros. Essa colaboração internacional é fundamental para a ampliação do conhecimento e o avanço da pesquisa, ao permitir a troca de experiências e a diversificação das perspectivas investigativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da análise refletem um cenário dinâmico e crescente de pesquisa sobre Governo Digital no Brasil. O aumento constante no número de artigos científicos ao longo dos anos indica um interesse crescente na temática e uma conscientização da sua relevância para o contexto nacional.

As instituições de fomento, especialmente o CNPq e a CAPES, desempenham um papel fundamental no suporte à pesquisa e no financiamento de estudos sobre Governo Digital. Isso demonstra o reconhecimento da importância estratégica desse campo para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

A predominância de Ciência da Computação e Ciências Sociais como áreas de pesquisa ativas reflete a complexidade multidisciplinar do Governo Digital, enfatizando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para abordar os desafios e oportunidades apresentados.

Os pesquisadores mais prolíficos e os periódicos de destaque são pilares essenciais para o avanço e consolidação do conhecimento em Governo Digital. Eles representam fontes de expertise e plataformas de disseminação que impulsionam a evolução contínua dessa área de estudo.

Em relação a colaboração com outros países, as informações apresentadas refletem a natureza global e interconectada da pesquisa atual, destacando a relevância das colaborações internacionais para o desenvolvimento e o enriquecimento do conhecimento científico, ao reunir especialistas de diferentes partes do mundo para abordar desafios e questões complexas de forma colaborativa e eficaz.

Em resumo, a análise dos resultados proporciona uma visão abrangente do estado atual da pesquisa em Governo Digital no Brasil, destacando áreas de forte produção, contribuições de pesquisadores e a importância de suporte institucional para o avanço desse campo. Essas informações são valiosas para pesquisadores, gestores públicos e demais interessados, orientando futuras pesquisas e estratégias no âmbito do Governo Digital.

Para futuras pesquisas, é altamente recomendável ampliar a abordagem, incluindo mapeamento em diferentes bases de pesquisa. Isso proporcionará uma compreensão mais abrangente da dinâmica do Governo Digital. Além disso, sugere-se a realização de uma análise comparativa da produção científica sobre Governo Digital no Brasil em relação a outros países, tanto em desenvolvimento quanto desenvolvidos. Explorar a aplicação do conceito de Governo Digital em setores além da gestão pública é outra sugestão relevante. Investigar como o Governo Digital pode ser implementado em diversas áreas enriquecerá a compreensão de seus

potenciais aplicações. Por fim, uma prospecção tecnológica relacionada a patentes na área do Governo Digital pode oferecer insights valiosos para futuras inovações e desenvolvimentos nesse campo dinâmico.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Thiago José Tavares; LANZA, Beatriz Barreto Brasileiro; VALOTTO, Daniel de Souza. Base Nacional de Serviços Públicos do Brasil: sistematização e interoperabilidade de informações para o Governo Digital. *Gestão. org*, v. 19, n. 2, p. 271-293, 2021.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Governo Digital: Linha do tempo. *In: Estratégia de Governança Digital*. Brasil, 25 nov. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/do-eletronico-ao-digital>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CARNEIRO, Eduardo Silveira. **Criação de valor público na era do governo digital: um ecossistema digital colaborativo**. 2019. 202 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019.

CARVALHO, Lucas Borges de. Governo digital e direito administrativo: entre a burocracia, a confiança e a inovação. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 279, n. 3, p. 115–148, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/82959>. Acesso em: 19 ago. 2023.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 248 p. 2007.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SAIKALI, Lucas Bossoni; SOUSA, Thanderson Pereira de. Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. *Sequência (Florianópolis)*, p. 209-242, 2020.

CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. O uso de TIC pelos Governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. *Organizações & Sociedade*, v. 20, n. 66, p. 543-566, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KREUZ, Letícia Regina Camargo; VIANA, Ana Cristina Aguilar. 4ª Revolução Industrial e governo digital: exame de experiências implementadas no Brasil. *Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo*, v. 5, n. 2, 2018.

LÖSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, 19 dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 7 jun. 2024.

MALHEIRO, Bruno Pereira. **Estratégia de governo digital**: desafios para a universalização dos serviços públicos digitais na administração pública federal brasileira. Orientador: Maria Edelvacy Pinto Marinho. 2020. 72 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

MEDEIROS, Alexia Lima de; NAHRA, Cinara Maria Leite. Governo Digital da UFRN: Uma análise do registro eletrônico de frequência à luz do princípio constitucional de moralidade administrativa. In: GUIMARÃES, Patrícia Borba Pilar et al, (org.). **Governo Digital: Aplicação em processo de gestão**. 1ª. ed. Natal: Motres, 2019. p. 11-29. ISBN 978-65-5001-086-7.

MELATI, Claudia; JANISSEK-MUNIZ, Raquel. Governo inteligente: análise de dimensões sob a perspectiva de gestores públicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 26 jun. 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/0034-761220190226>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/9phsH3RwpbznKhxpXQbz3Qq/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2024.

PAULA, Rafaelle Lucena de; ABREU, Cynara Carvalho de. Impactos do e-gov no clima organizacional de uma instituição pública. In: GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar et al, (org.). **Governo Digital: uma abordagem interdisciplinar na gestão da educação superior**. 1ª. ed. Natal: Motres, 2019. p. 56-64. ISBN 978-65-5001-084-3.

PINHO, Maria Nazaré Gonçalves; GOUVEIA, Luís Borges. O uso do Governo Digital pelo controle social no combate à corrupção pública brasileira. **Revista Controle: Doutrinas e Artigos**, v. 17, n. 2, p. 206-237, 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVESTRE, António. **Análise de dados e estatística descritiva**. Escolar editora, 2007.

VARGAS, Luiz Claudio Mendes; MACADAR, Marie Anne; WANKE, Peter Fernandes; ANTUNES, Jorge Junio Moreira. Serviços de governo eletrônico no Brasil: uma análise sobre fatores de impacto na decisão de uso do cidadão. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 19, 20 dez. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/1679-395120200206>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/xRBXWvNNLQBTpyPtwbQn9pF/>. Acesso em: 7 maio 2024.

Como referenciar:

SANTOS, A. C.; PEREIRA, G. T. J. Mapeamento do governo digital no Brasil: uma análise da produção científica. **Revista Gestão e Organizações**, v. 9, n. 3, p. 14-30, jul./set. 2024.